

Grão-Pará à Goiazes: Exploração lusa no interior do Vale Amazônico

Resumo: Pretende-se, neste artigo, abordar como se realizaram as políticas de integração do Vale Amazônico pelo império português, em especial aquelas desenvolvidas na segunda metade do século XVIII. Neste, focamos especialmente em como a metrópole – através de seus agentes na colônia e seus discursos sobre as explorações pelo interior da Amazônia – procurava conhecer, dominar e integrar o espaço territorial amazônico.

Palavras-chave: Amazônia, viagens, rios, Grão-Pará, Goiás.

Rafael Rogério Nascimento dos Santos¹

1791. Thomaz de Souza Villa Real, cabo de expedição, empreende viagem pelos rios Vermelho, Araguaia e Tocantins a fim de estabelecer uma rota comercial mais vantajosa em termos de duração, praticidade, lucratividade e outros aspectos, entre a capitania do Grão-Pará e Goiás.

Thomaz de Souza não é um agente histórico isolado nesse processo de conhecimento e integração do Vale Amazônico. Junto com ele estão vários atores históricos englobados por uma política pombalina que procura integrar e utilizar a Amazônia através de ideais iluministas, o que Geraldo Mártires Coelho define desta forma:

“O projeto civilizacional pombalino para a Amazônia proclamaria, por variadas linguagens, a redução da Natureza à Cultura, civilizando os índios e racionalizando os espaços onde realizar-se-ia o imperativo pragmático e ético da civilização” (2003, p.5)

Assim, ia-se conhecendo a região e seus habitantes, explorando-a, destacando os lugares os quais achavam propícios para o estabelecimento de povoações; observando as nações indígenas que poderiam colaborar com os propósitos da metrópole portuguesa, e também, criando-se rotas comerciais.

Em seu artigo intitulado *Linguagem e utopia: figuras do discurso civilizacional pombalino na Amazônia*, Geraldo Coelho ao falar sobre o arquiteto Antonio Landi nos

¹ Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará e bolsista de Iniciação Científica vinculado ao CNPq.

proporciona uma gama de informações capazes de nos esclarecer como fora a presença do estado luso na Amazônia na segunda metade do século XVIII, o que conforme o mesmo levou “o espaço amazônico à condição de objeto civilizacional...”. (2003, p.11)

É dentro desse contexto de ampliação de possibilidades de exploração do mundo colonial que este artigo procura analisar alguns pontos da *Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, acompanhada de importantes documentos oficiais relativos á mesma navegação*.

O principal meio de locomoção, comunicação e vias comerciais na Amazônia no século XVIII se dava pelos rios, e isso é provado por um conjunto de documentos que são roteiros, diários de viagens e outros. Houve viajantes na Amazônia colonial que fizeram um minucioso relato dos caminhos que realizaram no interior do vale amazônico com objetivos diversos, legitimando, ou procurando legitimar o poder da metrópole lusa sobre sua colônia.

Essas descrições minuciosas representavam um importante fator para o estado metropolitano, pois elas mostravam a ligação de regiões como as minas de Cuiabá e Vila Bela no Mato Grosso, assim como, São Félix, Natividade e Vila Boa na capitania de Goiás com outras capitanias. Segundo Maria Gnerre em *Projetos de povoações no Grão-Pará e Maranhão do século XVIII: o caso do texto anônimo do Roteiro do Maranhão ao Goiaz*, ao contabilizar léguas, dias, meses, rios a serem cruzados, os textos consolidam os espaços ao oeste de Tordesilhas para o estado português. Eles, os roteiros de viagem, têm o papel de representar e, como já supracitado, legitimar a atuação portuguesa no interior do vale amazônico.

É condição *sine qua non* a compreensão de que não se pode limitar estes agentes histórico sociais simplesmente a componentes de uma peça que é engendrada pelo estado luso, eles também, representam suas próprias vontades, não raro, subvertendo e adaptando as políticas metropolitanas às suas realidades na colônia.

Os autores dos roteiros de viagem, aduz Gnerre, tinham consciência que suas palavras teriam poder na corte portuguesa. Seus relatos, de cunho de fundação e exploração, constituíram “mapas mentais” (no caso do roteiro que abordamos existe uma parte intitulada *Tabuada das léguas de distancia das situações mais notáveis na navegação de Goyazes para o Pará pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, segundo a estimativa de Thomaz de Souza Villa Real*, constituindo-se em uma relação dos lugares os quais passaram durante a viagem e a distância entre eles). Sendo assim, utilizamo-nos como pressuposto teórico os estudos do filólogo russo Mikhail Bakhtin,

no qual afirma que a palavra é um signo ideológico por excelência. Esta, enquanto discurso, possui uma manifestação dotada de ideologia que reflete e refrata a realidade social, não raro, permeando-a de intencionalidade.

Conforme Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem* todo contexto histórico possui seu repertório de formas de discurso, e cada discurso enquanto manifestação social – logo como enunciado – está marcado pelo horizonte de uma época ou por grupo social determinados.

Entendendo-se o relatório da viagem de Thomaz de Souza Villa Real enquanto manifestação de um discurso, podemos – sempre nos alertando e tomando a devida preocupação das próprias significações que o setecentos gerava dos conceitos posteriormente aludidos – compreender a relação estabelecida no que o mesmo relatou em tal comunicação para com àqueles os quais era destinada a descrição do roteiro de viagem.

Explicado o aporte teórico que partimos, vamos nos ater a viagem empreendida pelo cabo de expedição mercantil e pelos negociantes Ambrozio Henriques e seus sócios. Este documento encontrado no setor de obras raras da Universidade Federal do Pará fora publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro², nº 11, ano 1888, contém além do diário da viagem descrita por Thomaz de Souza, um conjunto de cartas trocadas entre agentes administrativos das capitanias do Pará e Goiás com a metrópole lusa.

Entre os nomes de remetentes e destinatários, encontram-se o de Francisco de Sousa Coutinho (Governador Geral do Grão-Pará entre 1790 e 1803), Martinho de Melo e Castro (diplomata e estadista da segunda metade do século XVIII), Tristão da Cunha Menezes (Governador da Capitania de Goiás) e Rodrigo de Souza Coutinho (Secretário de estado dos domínios ultramarinos e marinha).

Logo nas primeiras linhas do documento encontramos em carta administrativa de Francisco de Sousa Coutinho para Martinho de Mello e Castro, detalhes da viagem, como duração, rios navegados e motivos do empreendimento:

“Illmo e Exmo. Sr. – Com dous annos quase de demora chegou nos fins do mez passado a esta cidade Thomaz de Souza Villa Real, cabo da expedição mercantil, que d’ella havia sido feita pelos negociantes

² Este periódico pode ser encontrado, juntamente com outras edições publicadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna do Museu Emílio Goeldi.

Ambrozio Henriques e seus socios, afim de explorar e reconhecer a navegação dos rios Vermelho e Araguaya, que se julgava poderia permittir a communicação e commercio para a capital de Goyazes, e para a mais importante parte d'aquella capitania". (p. 401).

Nos finais dos setecentos, iniciam-se uma série de expedições pelos rios Tocantins e Araguaia, de iniciativa tanto governamental, como também, por comerciantes paraenses e goianos. É o que afirma Carlos Barbosa no seu artigo intitulado *Navegando entre as províncias do Pará e Goiás*.

O pesquisador alvitra que a exploração por novas rotas comerciais nesta região, também, está relacionada com o fim do ciclo aurífero na região norte de Goiás, já que a economia desta capitania, no século XVIII, era baseada principalmente na extração de minerais e pouco na agricultura. Sendo dependente da importação de gêneros alimentícios, e em momentos de crise, procurou-se então, novas rotas comerciais pouco onerosas.

D. Francisco de Souza Coutinho, no documento alvo de nossas lentes, mostra-nos a importância que é dada a viagem de Thomáz devido ao acréscimo comercial que pode haver entre as duas capitanias:

“A dita exploração e reconhecimento, de que vou a dar conta, não só correspondeu, mas excedeu, quanto a mim, ao que se pudera desejar; e se toda a occasião fora **esta descoberta de grande interesse pelo notável accrescimo que deve produzir na cultura e no commercio de uma e outra capitania**, na presente conjunctura ainda a considero mais importante pela facilidade dos promptos soccorros, que esta pode receber d'aquella offerocendo-se occasião de os precisar” (p.401, grifo meu).

Francisco de Souza Coutinho realiza uma apologia para a adoção e efetivação da comunicação e comércio pelo caminho que Thomaz Real realizou. Nesta descreve que é tal vantagem que mesmo sendo um pouco mais longa que a comunicação com Barcellos

“tem por outra **parte a incomparavel vantagem de permittir o commercio e communicação não só com aquella capital, senão também com os habitantes de Cuyabá**, que precisamente há de ser cada um de per si muito mais importante que não é o commercio da capitania do Rio Negro, e talvez mesmo que o da capitania de Mato Grosso...” (p.402, grifo meu)

Acresce-se ainda que o governador, em seu discurso, ainda aduz que a navegação pelo rio Araguaia não é realizada sob maus climas e que se podem utilizar os índios da capitania de *Goyazes* “muitos índios e mestiços até agora inúteis” (p.402). Em

outro trecho é o próprio Thomaz de Souza que afirma que as águas deste rio são saudáveis, “pois não se experimentou qualidade de molestia alguma... é muito fertil tanto de carnes como de peixes.” (p.430).

Dessa forma, resultando em projetos de construções de povoações às margens do Araguaia que conforme o agente administrativo do Grão-Pará seria eficaz no auxílio às viagens realizadas pela região.

Sobre a navegação do rio Araguaya há uma clássica obra que destaca e descreve as principais regiões e rios da Amazônia. Intitulada *As regiões Amazônicas: Estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas* autoria de José Coelho da Gama Abreu, o Barão do Marajó.

Nesta, o barão descreve que este rio é formado juntamente com águas do rio Tocantins e possui como afluentes o rio Vermelho – eis a delimitação do roteiro de viagem que aqui focamos. Navegar pelo rio Tocantins, Araguaia e Vermelho no final do século XVIII ainda é desbravar caminhos. Mesmo na segunda metade do século XIX os rios citados são alvos de projetos do governo para sua exploração. Isto se torna claro quando José Abreu afirma que era a favor da construção de obras públicas que seriam favoráveis aos habitantes de Goyas e Pará “que fariam chegar a vida commercial ao mais recôndito centro da Republica pelo Tocantins e Araguaya e seus tres affluentes, Vermelho...” (1992, p. 202).

O rio Tocantins é palco de exploração desde o século XVII, que conforme o Barão de Marajó um de seus primeiros navegantes fora o padre capucho Fr. Christovão de Lisboa em 1625. Uma das primeiras ligações por estes rios entre as capitânicas do Grão-Pará e *Goyas* foram em 1771 quando o governador desta última, José Cabral de Almeida e Vasconcellos, procurou estabelecer relações comerciais, criando na ilha do Bananal a aldeia de Nova Beira.

Conforme o Barão de Marajó:

A sollicitude que mereceu ao governo da metrópole portugueza as communicações com Goyaz, ainda nos é revelada pela assistência que as autoridades davam a qualquer exploração; assim é que em 1780, os commerciantes do Pará organisaram uma expedição para explorar o Araguaya a qual o governador do Pará, Tristão da Cunha Menezes patrocinou; partiu do Pará a 5 de fevereiro de 1781 e chegou a Goyaz a 21 de Abril, regressando a 22 de Dezembro de 1782 partindo da confluência do Ferreiro com o Vermelho a 12 legoas de distancia da capital; e não por este meio como por favores concedidos aos

moradores d'aquelles rios e aos que se empregavam no commercio e navegação d'elles, taes como isempção de direitos etc., procurava o desenvolvimento geral d'aquelles logares. (1992, p.205).

Este trecho nos confirma que a viagem expedida por Thomaz de Souza faz parte de um projeto maior que, como já fora dito neste trabalho, procura integrar e utilizar o vale amazônico conforme interesses da coroa portuguesa.

Em carta de 1791 anexada à viagem de Thomaz de Souza, encontramos Ambrósio Henriques e seus sócios Feliciano José Gonçalves e Manoel José da Cunha destacando os pontos que visaram consideraram importantes:

...consequentemente os habitantes da capitania de Goyazes virão a ter, além da maior commodidade nos preços dos generos da Europa que precisarem e comprarem, **a facilidade de os satisfazerem com os productos da sua cultura, que até agora eram obrigados a encarar nos limites que prescrevia o seu consumo interior.** D'estes generos o assucar, (...) dizem que póde fazer objecto não só para o consumo d'esta capital, **mas para a exportação; e tambem o café eo algodão que supposto tenham por agora preço mais subido, poderão vir a ficar mais commodos,** havendo maior abundancia pela maior cultura; e não só poderão aquelles habitantes vender estes e outros gêneros aos que levarem os da Europa, mas tambem vir a esta cidade trazer aquelles e buscar estes, não carecendo esta navegação de grandes comboys e menos de numerosas expedições, uma vez que não há varadouros em que seja preciso arrastar as canôas. (p.410, grifos meus.)

Fica claro no discurso existente no trecho acima que os seus autores estão querendo efetivar o novo caminho descoberto, desta forma, valorizando a agricultura, o comércio e os gêneros de exportação destas capitánias. Esse discurso pode ser inserido ao que Barbosa fala sobre a substituição da economia aurífera pela agrícola.

Outro fator que é desvelado na fonte historiográfica, e merece nossa atenção, é que com a efetivação desta rota os preços dos produtos que estavam altos poderiam ser reduzidos, conforme o trecho, “poderão vir a ficar mais commodos”. Sobre a taxa dos preços agrícolas o padre Aires Casal (1846) *apud* Barbosa, em *Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil*, obra que descreve cada província do Brasil, afirmou que os mantimentos diários que chegavam não eram o suficiente para a subsistência e que tudo possuía um preço exorbitante, a farinha de mandioca custavam *dez oitavas de ouro*, uma vaca de leite custava duas libras também de ouro.

Deve-se aqui ser observado, um último ponto, entretanto também, de suma importância, cujo concerne na utilização dos indígenas como garantia para assegurar as terras de posse lusa. Explico-me. Em 1793, Francisco de Sousa Coutinho escreve para Tristão da Cunha Menezes o seguinte trecho:

“O lugar em que confluem os dois rios Araguaya e Tocantins parece ser o mais próprio, e também porque servirá para conter em respeito aos Apinagés e outras nações de Índios, **que aldeados e reduzidos podem vir firmar n’este rio importantes estabelecimentos**” (p.433, grifo meu).

Até 1798 as leis que regulamentavam o trato com os indígenas era um aparato legislativo composto de 95 teses nomeado *Directório que se deve observar nas povoações do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*. O Diretório dos Índios, nome o qual ficou conhecido, procurava regular a liberdade dos índios que fora concedida três anos antes, em 1755, através da *lei das liberdades*. Educação aos moldes europeus, ensino da língua portuguesa, apego ao trabalho, casamento interétnico, tornavam, ou pretenderam tornar, o índio um vassalo português, para que este por sua vez atendesse aos interesses da metrópole.

Mauro César Coelho em sua tese de doutorado intitulada *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)* alvitra:

A lei do Diretório dos Índios relacionou demandas metropolitanas e coloniais. A pretensão inicial, de relegar ao índio a responsabilidade pela ocupação e defesa do território colonial, equiparando-os a quaisquer outros vassalos do rei, foi associada à exigência da Colônia por trabalhadores. Nesse sentido, a eliminação da autoridade missionária, a introdução de administradores laicos e o incentivo à formação de chefias indígenas foram elementos incorporados à política indigenista implementada. (2005, p.171)

Ao tornar os índios vassalos e ensinando-os a língua portuguesa o estado português possuía como objetivo garantir a posse de seus domínios. Neste período há intensos conflitos territoriais com a Espanha, logo Portugal teria de possuir um contingente populacional que habitasse as fronteiras. Como vassalos, os índios, em lei, tornam-se iguais aos demais colonos, e, ainda falando português, através *uti possidetis*

legitimariam e garantiriam o território amazônico para o estado metropolitano português.

Procurou-se aqui observar a *Viagem de Thomaz de Souza Villa Real* por uma ótica mais ampla que envolve as políticas metropolitanas de um estado luso em transformação. Transformação esta que diz respeito a um crescimento de ideais iluministas e, também, a todo um processo de elaborar estratégias de desenvolvimento para sua estrutura sócio econômica que envolve diretamente as políticas projetadas para suas colônias.

O vale amazônico fora palco de uma política que procurava torná-lo parte do império português. Nessa política de expansão e consolidação do domínio luso, viajantes como Thomaz de Souza tornaram-se os olhos da metrópole, era, também, através desses agentes históricos e suas expedições, pelos seus diários e roteiros de viagem que se concretizam tais políticas integracionistas.

Fontes e Referências

1. Fontes

Viagem de Tomás de Sousa Vila Real pelo rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. 11:401-444, 1848; 2.ed. 401-486.

2. Referências

ABREU, J. G da G. (Barão do Marajó). *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Belém: SECULT, 1992. (Texto original de 1895).

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. Michel Lahud Et. AL. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARBOSA, Carlos. *Navegando entre as províncias do Pará e Goiás: Século XVIII e XIX*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/28327/1/navegando-entre-as-provncias-do-par-e-gois/pagina1.html>

COELHO, Geraldo Mártires. *Linguagem e utopia: figuras do discurso civilizacional pombalino na Amazônia*. In: Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia, 2003, Belém. Anais eletrônicos... Belém, 2003. Disponível em: <http://www.landi.inf.br/anais/Linguagem%20e%20Utopia.doc>

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)

GNERRE, M. L. A. *Projetos de Povoações no Grão Pará e Maranhão no século XVIII: o caso do Roteiro do Maranhão*. Revista Urbanismo (Online), v. 7, p. 11, 2007. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos/marialuciaabaurregnerre.ht>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA
DOCENTE: FERNANDO ARTHUR
DISCENTE: RAFAEL SANTOS

**Grão-Pará à *Goiazes*: Exploração lusa no interior do Vale
Amazônico**

BELÉM-PA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA
DOCENTE: FERNANDO ARTHUR
DISCENTE: RAFAEL SANTOS

**Grão-Pará à *Goiazes*: Exploração lusa no interior do Vale
Amazônico**

Artigo apresentado ao professor Fernando Arthur como requisito
avaliativo para a disciplina Historiografia da Amazônia.

BELÉM-PA

2010